

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

17

Ἰσχυροὶ δὲ θεοὶ καὶ ἀνθρώποι
καὶ ἀνθρώποι καὶ ἀνθρώποι καὶ ἀνθρώποι

καὶ ἀνθρώποι καὶ ἀνθρώποι καὶ ἀνθρώποι
καὶ ἀνθρώποι καὶ ἀνθρώποι καὶ ἀνθρώποι

MHNIN AEIΔE ΘEA ΠHΛHIAΔEΩ

A PROPÓSITO DE UMA OBRA SOBRE O IMPÉRIO ANTIGO

Recentemente (em 2005) foi reeditada pelo Institut d'Archéologie Orientale do Cairo a tese de doutoramento de Michel Baud, cujo título transmite claramente o seu teor - *Famille royale et pouvoir sous l'Ancien Empire égyptien* - obra que pela sua qualidade de investigação (simultaneamente exaustiva, sistemática e inovadora) derrama nova luz sobre o Egípto do Império Antigo. O autor, membro científico do IFAO do Cairo e investigador da Université de Paris IV/Sorbonne, é actualmente um dos melhores especialistas franceses nesta época. Em face do valor e da abundância dos resultados contidos nesta pesquisa, composta por dois tomos e totalizando 675 páginas, decidimos dedicar-lhe alguns comentários.

Com esta obra, M. Baud teve como principal objectivo tentar definir melhor o papel desempenhado pela família real no âmbito da monarquia egípcia e das suas instituições durante o Império Antigo (c. 2700-2200 a. C.), ou seja, desde a III dinastia à VI. A necessidade que o autor experimentou de dispor de balizas cronológicas mais ou menos precisas para as diferentes individualidades implicadas levou a que, numa primeira etapa, se visse compelido a analisar de forma crítica e fundamentada os métodos tradicionais de datação dos monumentos da época em apreço. Assim, no capítulo I, intitulado «La datation. Systèmes et application», (pp. 5-104), o autor reavaliou a cronologia dos túmulos da família real ou a esta ligados, localizados tanto em Guiza como em Dahchur. Atente-se que, numa das alíneas desta parcela, o autor rebateu, em vários pontos, os critérios iconográficos estabelecidos por Nadine Cherpion para a datação das mastabas, egiptóloga que, curiosamente, foi um dos membros do júri da prova académica do autor.

No capítulo 2 (pp. 106-192), sobre «A parentela real», o autor examinou as fronteiras deste «grupo» restrito da elite dirigente egípcia, de acordo com as categorias definidas pelo parentesco ou por outros tipos de vínculos ou relações pessoais com o soberano. Tais círculos

de personagens foram estudados, segundo M. Baud, de «maneira concêntrica», numa aproximação progressiva face ao monarca, independentemente de os laços de parentesco serem genuínos ou fictícios.

No capítulo 3, «Família real, estatuto e poder» (pp. 193-372), segue-se uma análise pormenorizada dos laços que existiram entre tais grupos e o poder central, recorrendo o autor a inscrições, à iconografia tumular, à geografia funerária e tendo também em conta a hierarquia e a distribuição de títulos em domínios de actividade concretos (administrativos e religiosos). Através deste labor quase ingente, M. Baud pôde avaliar com maior nitidez a importância dos «filhos reais» na administração e na sociedade política, a das rainhas no próprio seio da monarquia ou, ainda, o papel desempenhado pelas «filhas reais» na política matrimonial dos soberanos do Império Antigo. Além de tudo isto, o autor debruçou-se igualmente sobre certas questões essenciais para a realeza egípcia, como a sucessão, a primogenitura, o incesto, cerimónias de corte e, por último, a sobrevivência no Além.

A seguir, figura a «Conclusão» (pp. 373-379), redigida com grande clareza e cientificidade, rematada pela Bibliografia (pp. 381-393). No que respeita ao segundo tomo (pp. 395-675), comporta «fichas identificativas» de trezentos indivíduos (homens e mulheres), as quais serviram de esteio para muitos dos argumentos enunciados pelo autor no texto. Como se trata de uma espécie de inventário sob a forma de *corpus* independente, neste se reuniram todos os dados informativos disponíveis sobre a datação, os títulos e o grau de parentesco de cada uma das personagens mencionadas, acompanhados por notas e comentários circunstanciados sobre a documentação utilizada.

A obra de M. Baud pode definir-se, basicamente, por três vocábulos interrelacionados - realeza, poder e parentesco. Antes de se abalçar a esta investigação, o autor tomou em consideração os estudos antropológicos, etnológicos e sociológicos para uma adequada análise dos sistemas de poder. Munido desta utensilagem metodológica e conceptual, o autor conseguiu compulsar os problemas do parentesco sem incorrer numa postura etnocêntrica, ao mesmo tempo que buscou apreender os delicados temas da filiação fictícia (pp. 162-188) e da proibição da prática do incesto (pp. 361-368).

É óbvio que a interpretação do historiador se manifesta fortemente tributária da qualidade e da quantidade das fontes acessíveis. No caso específico do Império Antigo, consistem, quase em exclusivo, em testemunhos de fachada, títulos administrativos, epítetos e discursos autobiográficos inseridos num contexto funerário. Na medida em

que uma organização social é, simultaneamente, uma realidade e uma representação dela mesma, os referidos elementos cristalizam ou traem a ideologia subjacente. Tal é o caso do título de «filho de rei»/za-nesut na maior parte dos testemunhos, a impossibilidade de distinguir os filhos biológicos dos chamados «filhos classificatórios» ou fictícios (problema que não é exclusivo do Egipto, já que também se coloca noutras civilizações do Próximo Oriente antigo) mostra, no entender de M. Baud, que a parentela régia se concebia como um sistema relativamente aberto, podendo integrar indivíduos de origens diversas.

Na IV dinastia, período emblemático do poder administrativo exercido pelos vizires za-nesut, tal sistema já se encontrava vigente. Parentesco e poder confundem-se, como amiúde têm sublinhado vários autores, mas, para M. Baud, na condição de se esclarecer que se trata de uma definição alargada de parentesco. Os seus efeitos centrífugos, pelos privilégios de nascimento que ela conferia, eram parcialmente compensados pela possibilidade de acesso ao título de «filho de rei» (mais velho/primogénito). Aparentemente, essa abrangência não ultrapassava o quadro do poder: assim, Baud refuta a existência de «filhos reais» rituais, sacerdotes do culto funerário de Seneferu, rei pretensamente considerado como um pai fictício (pp. 64-104).

Sob este ponto de vista, o parentesco fornece um bom modelo para as relações de poder, tanto mais que não seria um critério absoluto para o recrutamento do pessoal político, incluindo o próprio monarca:

a) Ele impregnava a ideologia monárquica, facultando-lhe legitimidade política; o soberano, por definição, era o filho dos deuses (pp. 140-141) e a sua mãe, quando o «rei-filho» subia ao trono, via-se retrospectivamente proclamada «filha do deus» (zat-netjei), referindo-se a palavra «deus» a uma imagem intemporal do monarca, representando a linhagem mítica (pp.141-150). Neste sentido, não se descobrem indivíduos titulados de «pai do rei», dado que o sistema pressupunha que seria o seu predecessor, existisse ou não uma relação de parentesco entre ambos;

b) O rei, por seu turno, era um pai para a sua família e para um círculo de privilegiados ficticiamente inseridos na parentela régia, através do princípio de filiação (za-nesut) ou de educação (sedjetj-nesut). O sistema terminológico deste grupo revela, além disso, uma *souplesse* quase desconhecida entre os particulares, com primogenitura masculina múltipla e primogenitura feminina (pp. 153-159). Tal capacidade de harmonização dos estatutos no seio do grupo não realça menos o carácter específico e extraordinário da parentela régia, que se expressa,

por sua vez, na sistematização da poligamia, rara entre os particulares (pp. 157-159, 336-338) e, provavelmente, na transgressão de certas regras da proibição do incesto, praticando-se uma inversão das normas (pp. 363-368);

c) Por fim, englobando o conjunto das relações políticas, o soberano aparece como um «sobre-pai» (*sur-père*, de acordo com Baud) para a elite (e a população). Nos epítetos de funcionários, a expressão do amor, emanando por definição da autoridade superior («amado do seu senhor», etc.) saía directamente da esfera familiar e permitia traduzir a submissão política (pp. 160-162). Se já é um ponto assente que esta sociedade pertencia a um tipo patrimonial e patriarcal, alicerçado nos laços pessoais e nas relações de parentesco, a dimensão afectiva manifestada por Baud, posta em jogo pela monarquia, também autoriza a que a definamos como paternalista.

Estas grandes características da realeza e do governo, cruzando a imagem do soberano como filho, pai e «sobre-pai», constituíram o resultado de uma lenta evolução, correspondendo a época estudada por Baud apenas um dos seus momentos.

Inicialmente, sem dúvida, *primus inter pares* num Egipto dominado por «proto-estados», o (pré-)rei, que representava, mais do que incarnava, Hórus sobre a terra, franqueou uma etapa decisiva, ao impor a ideia da sua filiação divina, talvez a partir da II dinastia. Supõe-se, habitualmente, que o seu poder era delegado (para resolver os assuntos mais correntes) aos membros da sua família próxima. No entanto, é mais provável que tal situação, que não encontra verdadeiramente documentada antes da IV dinastia, tenha sido, ela própria, fruto de uma evolução gradual, e não de um processo repentino da tomada de poder de um «clã» que suplantasse os demais.

Com efeito, nada indica, na opinião de M. Baud, que os príncipes *iri-pat* e *hatiau* fossem filhos autênticos desse chefe supra-regional situado no vértice do poder central emergente, visto que podiam corresponder aos membros mais eminentes («mais velhos») do conjunto das comunidades mais destacadas. O autor considera que esta teoria se vê sustentada pelo facto de, na altura em que o rei se tornou *nesut* em meados da I dinastia, os filhos do monarca terem reduzida implicação nos círculos do poder, não ostentando outro título afora o de *za-nesut*. Nem sequer urge encarar o título de parentesco como algo especialmente criado para os descendentes afastados dos negócios da governação, sendo os príncipes administradores *iri-pat* ou *hatia*: tal hipótese, segundo M. Baud, só tem como justificativa preten-

der legitimizar um sistema preconcebido, produto de doutrinas evolucionistas, o de uma fusão entre parentesco e poder na sociedade das origens (pp. 307-312).

Através do exame da documentação da III dinastia, o autor chegou a mais conclusões - as fontes revelam a existência de altos funcionários não *za-nesut*, nomeados para tratar da gestão económica do país; seria preciso esperar pelo reinado de Seneferu para que as suas funções se vissem ocupadas pelos «filhos reais».

Assim, à semelhança da filiação divina do monarca, adquirida a longo prazo (za *Ré* é uma criação de meados da IV dinastia), há que compreender a participação da família real nos assuntos governativos como fruto, igualmente, de um processo progressivo, no decurso do qual se assistiu a um prolongamento da personalização do poder mediante relações políticas modeladas com base nas do parentesco. O «Estado-família» tendeu então a impor-se sobre pequenas comunidades políticas que ainda persistiram e fizeram sentir a sua influência ao longo de todo o Império Antigo (neste ponto Baud escorou-se num estudo de C. E. Guksch - cf. *Göttinger Miszellen* 125 /1991/, 37-50).

Sabe-se que, na IV dinastia, a participação dos «filhos reais» no governo se tornou realidade em diversos sectores fundamentais - vizirato, superintendência e condução de obras públicas, chefia de expedições - o que mostra bem a importância assumida então pelas grandes empresas de organização territorial do Egipto e da construção das pirâmides (pp. 275-283). Elas foram, como salienta Baud, inequívocas catalisadoras que, pela amplitude, até aí sem precedentes, das massas humanas mobilizadas, representaram um estádio decisivo no desenvolvimento da administração e da própria submissão da elite à autoridade real.

Contudo, mesmo não sendo filhos do rei, os altos funcionários envolvidos nestas actividades, podiam adquirir o título de parentesco graças à sua capacidade ou à sua experiência (pp. 170-180). Mas Baud considera que este tipo de promoção não se explica apenas pelo parentesco por consanguinidade ou por meio de «aliança». É certo que o título de *za-nesut* jamais se desligou totalmente das suas raízes: basta ver que muitos «filhos reais» ou eram netos do soberano ou, então, consistiam em indivíduos que adquiriam parentesco por meio de casamentos com «filhas reais».

Em diversos casos documentados, conforme verificou Baud, a combinação de altas funções, ascendência régia e parentesco por afinidade através de casamentos de dignitários com filhas do monarca é

que conduzia à obtenção do título tão almejado e prestigiante. Mas, em última instância, apenas o rei decidiria quem iria ser nomeado. Este controlo da monarquia explica a não proliferação do(a) *za(t)-nesut*, o que sucedeu todavia com outros títulos cortesãos.

No início da V dinastia, o título indicador de parentesco foi perdendo o seu prestígio de antanho, já que por esta altura foi emergindo uma sociedade política fundamentada mais no mérito do que no nascimento ou, mais precisamente, conferindo-se superior valor ao mérito e não tanto ao «berço» do indivíduo. Contudo, esta oposição entre os dois modelos não terá sido tão absoluta como muitos estudiosos ainda supõem.

Para já, como salientou M. Baud, a ideia de família real durante a IV dinastia é, em parte, uma questão de terminologia - as relações políticas expressavam-se em termos de parentesco, sem que se tratasse forçosamente de laços de sangue. Consequentemente, está-se perante uma «hierarquia norteada pelo parentesco», mais do que de um poder familiar sistemático. O parentesco forneceu à política um modelo, o sistema de atitudes do filho para com o pai, e uma linguagem, a denominação *za-nesut*. Após aturado exame e interpretação de fontes, o autor desta obra veio a descartar determinadas teorias com propósitos teleológicos, uma vez que não descortinou a existência de um fenómeno de proliferação de filhos fictícios sob Khafré (que Baud prefere 1er como Rakhaef) ou Menkauré que fosse tão significativa que conduzisse a uma etapa de transição rumo a um sistema desconectado do parentesco (pp. 315-323).

Em abono da verdade, a alegada preponderância dos verdadeiros príncipes nem sequer foi total no começo da IV dinastia, pois que os vizires desse período nem se perfilavam, *stricto sensu*, como «filhos do rei». Além do mais, tudo leva a crer que determinado número de sectores da administração egípcia escapava ao controlo da família real em sentido lato, designadamente aqueles ligados à gestão dos recursos materiais, desde o «tesouro» ao «celeiro» (p. 283).

É claro que a V dinastia não se traduziu numa completa renúncia às práticas do passado. Se o desaparecimento dos «filhos reais» se afirma inegável em certos sectores, alguns vizires ainda eram conhecidos como portadores desse título (denotando parentesco fictício), havendo também diversos *zau-nesut* a ocuparem funções no domínio da justiça (pp. 283-284 e 323-328).

Por seu lado, a monarquia egípcia prosseguiu activamente com a sua política de casamentos entre «filhas reais» e altos funcionários

(pp. 368-371). Fora do quadro da etiqueta *zat-nesut*, outras práticas evidenciam o declínio paulatino da ideia de parentesco (fictício) no contexto das relações de poder. O camareiro intitulava-se assim como «amigo único (do rei), possuidor de amor», o que enfatiza uma dimensão afectiva que se inscreve em linha recta numa relação de parentesco e no prolongamento do título de «amigo único de seu pai», característico dos *zau-nesut* da IV dinastia (pp. 264-265).

Ao longo da primeira metade da V dinastia, M. Baud defende, com argumentos documentados, que a monarquia terá valorizado especialmente funções relacionadas com cuidados dispensados à pessoa do rei (com efeito encontram-se abundantes referências a cabeleireiros e manicuros dos soberanos), as quais aparecem regularmente nos títulos dos dignitários do Estado: isto mostra bem que o contacto físico e, mesmo, íntimo, com o monarca regia as relações de poder.

Um título de cortesã, como *khekeret-nesut*, reflecte similares tendências: pelas suas conotações, encontrava-se na fronteira do sentido de parentesco, inicialmente servindo para qualificar as jovens donzelas do séquito real (e não as concubinas do monarca, pp. 135-139). Ao seguirmos o raciocínio de M. Baud, compreendemos então que a sociedade política, ao colocar-se sob a protecção paternalista do rei, terá servido de palco para a disseminação desse título: doravante, as *khekerut-nesut*, geralmente esposas de funcionários, passaram a fazer figura de descendentes fictícias do soberano.

Em todos estes processos conjunturais se registaram rupturas, mas o que mais avulta são os elementos de continuidade e a diversidade das suas formas: a componente «adoptiva» da paternidade egípcia, através da qual um laço filial se criava ficticiamente tendo como base uma semelhança espiritual (vertente em que o autor seguiu o ideário de Jan Assmann), não deixou de desempenhar um papel essencial na realeza das IV e V dinastias, mesmo quando o discurso e a prática da meritocracia se foram instalando progressivamente.

Quanto à VI dinastia, que habitualmente se apresenta como símbolo de um poder central cada vez mais enfraquecido em conflito com as grandes famílias provinciais, não se afigura, contudo, um período completamente desprovido de uma concepção familiar do poder. Neste ponto, Baud recorreu a uma frase de Christopher Eyre - «A burocracia não substituiu o negócio familiar da governação, nem o despersonalizou; tornou-o antes muito mais complexo». Além da função crucial que os matrimónios régios parecem ter exercido (daí resultando fricções), o modelo das relações políticas da VI dinastia veio a

conhecer, de maneira formal, uma espécie de ressurgência sob o reinado de Teti.

Este retorno exprimiu-se por meio de uma iconografia tomada de empréstimo (mobiliário com motivos leoninos: p. 294), de títulos de parentesco real («sacerdote-leitor de seu pai», pp. 202-203), de uma política de casamentos entre filhas reais e altos funcionários (p. 371) e através da insistência no tópico do parentesco entre o monarca e as divindades (pp. 329-332), além do «apêndice» do sarcófago como «resumo do destino real». Além disso, a ausência de títulos administrativos exibidos pelos filhos do rei não terá significado, como alguns advogaram, uma não participação efectiva nos assuntos do Estado (pp. 239-242). No entanto, estes elementos tomaram-se cada vez mais pontuais na escala do governo central. Os dignitários mais poderosos e influentes, com bases provinciais solidamente estabelecidas, acabaram por ocupar o lugar do monarca em muitos aspectos.

Porém, não deixa de ser curioso que eles tenham retomado o discurso e o estereótipo da protecção paternalista dos súbditos, antes logicamente assumida pelo rei e a partir daí pelos nomarcas em relação à população das suas *sepaut*, e de reutilizarem igualmente, termos alusivos à família estreita, oficializados em títulos (*za-hatiá*, *hemet-heqá*, etc.). Consequentemente, estes senhores provinciais, não obstante as mudanças drásticas registadas a nível conjuntural no Primeiro Período Intermediário (tanto no esfacelamento do poder faraónico como em mudanças na ideologia e nas crenças ultraterrenas), vieram a prolongar e a revitalizar este modelo de parentesco das relações do poder, chegando ainda a perdurar durante o Império Médio.

Posto isto, na nossa modesta opinião, *Famille royale et pouvoir sous l'Ancien Empire égyptien* comporta um rico manancial de informações que possibilita que nos acerquemos mais da realidade humana dessa época tão grandiosa através do trinómio real-eza-poder-parentesco.

É obra que, pela complexidade e densidade das temáticas abordadas, não será aconselhável a leitores sem alguma formação egptológica. E mesmo para estes, não consiste num texto que se deva ler de uma assentada, mas antes num manual a ser digerido ou assimilado faseadamente. Em suma, estes dois volumes constituem num notável contributo para a compreensão do Império Antigo, cujos resultados se podem aplicar em domínios tão variegados como a arte, a ideologia ou a concepção e a prática do poder no antigo Egipto.

Pedro de Abreu Malheiro